



BUSINESS & HUMAN RIGHTS



<https://multimedia.europarl.europa.eu>

GUARDIÃO DA DEMOCRACIA

www.cddmoz.org

Quinta - feira, 24 de Abril de 2025 | Ano VI, n.º 33 | Director: Prof. Adriano Nuvunga | Português

População derruba vedação da “Vulcan” e ameaça ocupar mina

- Segundo o jornal Canalmoz, moradores dos bairros “25 de Setembro”, Chithatha, “1.º de Maio”, Nhantchere, Liberdade, Malábué e Chipanga, no distrito de Moatize, província de Tete, derrubaram o muro de vedação da empresa “Vulcan” e ameaçam ocupar a mina de carvão caso a empresa não tome medidas para reduzir a poluição ambiental e reparar as casas afectadas pelas explosões de dinamite.



Os moradores exigem que a “Vulcan” realoje condignamente os residentes ou interrompa as operações até que uma solução seja encontrada. Betuel Marcelino, da Associação dos Direitos Humanos em Tete, destaca que as condições de vida em Moatize se tornaram insustentáveis e que a empresa se recusa a dialogar sobre reassentamento. Moradores relatam graves problemas respiratórios devido à poeira do carvão, enquanto estruturas habitacionais sofrem danos constantes.

“Nas noites, sofremos por causa da mina. Estamos cansados. As casas estão a cair aos pedaços. O presidente do Conselho Municipal de Moatize, Carlos Portimão, nada faz por nós e diz que anda sem tempo”

A cidade de Moatize, situada na Província de Tete, centro de Moçambique, tem sido uma região importante para a exploração de recursos minerais, especialmente o carvão. Nos últimos anos, a presença de grandes empresas mineiras, como a brasileira “Vale Moçambique, S.A.”, que



“ A situação em Moatize evidencia as graves falhas na governação dos impactos da actividade mineira em Moçambique. O crescente descontentamento das comunidades afectadas reflecte a falta de empenho da “Vulcan” em mitigar os danos ambientais e sociais causados pelas suas operações, bem como a inacção do governo na protecção dos direitos fundamentais da população. ”

em 2022 vendeu os seus activos no projecto de exploração de carvão nas minas de Moatize aos indianos da “Vulcan Mozambique”, trouxe consigo promessas de desenvolvimento e prospe-

ridade para a região. No entanto, esta promessa tem sido acompanhada por uma crescente preocupação com os impactos ambientais e na saúde pública resultantes destas actividades.

Revoltas anteriores e reclamações da comunidade

Este descontentamento por parte das comunidades não é recente. Em menos de 1 ano, em agosto de 2024, a população enviou uma reclamação à “Vulcan Moçambique” e a entidades governamentais, incluindo o Centro para Democracia e Direitos Humanos (CDD). No documento, denunciavam as práticas de extracção como nocivas à saúde e ao meio ambiente, resultando em doenças respiratórias, cardiovasculares e danos à infraestrutura local.

A queixa, na altura, sublinhava que as práticas de extracção de carvão não têm respeitado os padrões mínimos de protecção ambiental, resultando num ambiente completamente inóspito para os habitantes. A poluição atmosférica foi apontada como a principal fonte de doenças respiratórias, cardiovasculares e até cancerígenas, afectando sobretudo as crianças e os idosos, que são mais vulneráveis.

Adicionalmente, foi reportado que as infra-estruturas construídas pelos residentes estavam também a ser danificadas pela poluição, o que gera preocupações adicionais sobre o futuro

económico e social das comunidades afectadas.

“Vivemos num ambiente completamente inóspito. As vossas práticas de extracção e exploração mineira não coadunam com qualquer que seja a vivência humana defendida e protegida no seio da declaração universal dos direitos humanos”, diziam os subscritores da reclamação também enviada a entidades como o Governo e a Procuradoria-Geral da República.

Igualmente, no ano passado, o canal de televisão moçambicano TV Sucesso deu conta de um caso grave de contaminação das águas provocada pela exploração de carvão. A população local queixou-se da poluição das fontes de água utilizadas para consumo humano e irrigação. Os resíduos tóxicos provenientes das operações mineiras têm contaminado rios, lagos e aquíferos da região, tornando a água imprópria para consumo e prejudicando a saúde das comunidades.

No entanto, segundo as comunidades, as respostas das autoridades não estão a trazer nenhuma solução para os problemas enfrentados, gerando frustração e sentimentos de abandono.

O papel do Estado e a necessidade de regulação

O Estado tem o dever de proteger os cidadãos contra os abusos dos direitos humanos cometidos por empresas que exploram recursos naturais. No entanto, a fiscalização ineficaz e a falta de resposta governamental criam um ambiente de impunidade, onde os lucros empresariais prevalecem sobre a dignidade humana.

Esta negligência representa uma violação directa da Constituição da República de Moçambique, que garante o direito à saúde e a um ambiente equilibrado. A actual situação em Moatize equivale a um “crime contra a humanidade”, tal como estabelecido nos artigos 89.º e 90.º da Constituição.

O peso da responsabilidade recai sobre o Estado que tem o dever de proteger a sua população contra abusos de direitos humanos perpetrados por empresas envolvidas na extracção

e exploração de recursos naturais. Ainda assim, o Estado tem falhado em cumprir esse dever, deixando as comunidades vulneráveis às acções prejudiciais dessas empresas. A ausência de supervisão adequada e regulação abriu caminho para um ambiente onde os interesses corporativos têm prioridade sobre o bem-estar e os direitos fundamentais das comunidades afectadas.

As consequências dessa lacuna regulatória são amplas e devastadoras, com comunidades suportando as consequências dos impactos sociais, ambientais e de saúde causados por uma exploração não bem regulamentada. Como resultado, as comunidades sofrem a destruição irreversível de suas terras, a contaminação de suas fontes de água e a degradação de sua saúde e bem-estar.

É dentro dessas comunidades que o ver-

dadeiro custo dessa falta de supervisão é sentida de forma mais grave. É um imperativo que o Estado reconheça a gravidade das suas responsabilidades e tome medidas decisivas para corrigir essa falha sistêmica, garantindo a protecção e o bem-estar de seus cidadãos diante do poder corporativo descontrolado.

A urgência de acção e a busca por soluções

É essencial que o governo e as empresas reconheçam o sofrimento das comunidades afectadas e adotem soluções que coloquem a dignidade humana no centro das operações. Isto inclui:

- Implementação de regulamentos ambientais rigorosos;
- Realojamento adequado das populações afectadas;
- Diálogo transparente e inclusivo com as comunidades;
- Criação de mecanismos de compensação justa;
- Fiscalização eficaz das actividades mineiras.

A exploração dos recursos naturais não pode ser sinónimo de degradação e sofrimento para as comunidades locais. As lições tiradas destes conflitos devem servir de base para um futuro mais justo e sustentável em Moçambique.

Conclusão

A situação em Moatize evidencia as graves falhas na governação dos impactos da actividade mineira em Moçambique. O crescente descontentamento das comunidades afectadas reflecte a falta de empenho da “Vulcan” em mitigar os danos ambientais e sociais causados pelas suas operações, bem como a inacção do governo na protecção dos direitos fundamentais da população.

A continuidade deste cenário de exploração sem responsabilidade social e ambiental apenas intensificará os conflitos, comprometendo a estabilidade da região e a credibilidade das

políticas nacionais sobre direitos humanos e negócios. Para evitar que situações semelhantes se repitam, é urgente que o Estado cumpra o seu papel regulador, exigindo que as empresas actuem de forma transparente e responsável.

Mais do que um debate sobre o desenvolvimento económico, a crise em Moatize é um teste à capacidade de Moçambique para garantir que a exploração dos seus recursos naturais beneficia a sua população de forma justa e sustentável. O momento exige medidas concretas e eficazes para garantir que os direitos das comunidades não são sacrificados em nome do lucro.



MISSÃO:

Inspirar e impulsionar ações para proteger os direitos humanos, fortalecer a democracia e promover a justiça.

MISSION:

Inspiring and driving actions to protect human rights, strengthen democracy, and promote justice.

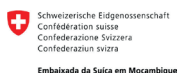
INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – Centro para Democracia e Direitos Humanos
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: André Mulungo
Autores: Hélio Siteo e Abdul Tavares
Layout: CDD

Contacto:
Rua Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
Telefone: +258 21 085 797

 CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: <http://www.cddmoz.org>

PARCEIROS DE FINANCIAMENTO



Embaixada da Suíça em Moçambique

